

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

Luciana Santos Lenoir

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Maria da Luz Alves Ferreira

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Mônica Maria Teixeira Amorim

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

RESUMO

As discussões engendradas no presente artigo descrevem o contexto histórico e a constituição dos Programas de Pós-graduação no Brasil, assim como dos sistemas avaliativos que lhes envolvem. São expostas reflexões críticas quanto à representatividade feminina nas esferas educacionais, com ênfase na educação superior e na pós-graduação *stricto sensu*, como também a inserção feminina no mercado de trabalho. Já as correlações entre pós-graduação, gênero e mercado de trabalho, são demonstradas mediante a exposição de alguns resultados empíricos da Pesquisa “Profissionais e mercado de trabalho: acompanhamento de Egressos do Curso de Mestrado e Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Unimontes”, da cidade de Montes Claros, e que foi realizada até agosto de 2020. A análise contemplou variáveis quanto à cor de pele e gênero, tendo em vista demonstrar diferenças e desigualdades que ainda persistem no universo que abrange os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Palavras-chave: Pós-graduação. Gênero. Mercado de trabalho.

CORRELATIONS BETWEEN POSTGRADUATE EDUCATION, GENDER AND LABOR MARKET

ABSTRACT

The discussions engendered in this article describe the historical context and the constitution of Postgraduate Programs in Brazil, as well as the evaluation systems that involve them. Critical reflections are also exposed on the representation of women in educational spheres, with an emphasis on higher education and *stricto sensu* post-graduation, as well as the insertion of women in the labor market. The correlations between graduate studies, gender and the labor market are demonstrated by exposing some results of the research “Professionals and the labor market: monitoring of Master's Degree Graduates and Evaluation of the Postgraduate Program in Social Development/ Unimontes”, from the city of Montes Claros, and which was carried out until August 2020. The analysis also included variables regarding skin color in order to demonstrate the differences and inequalities that still persist in the universe that encompasses postgraduate courses *stricto sensu*.

Keywords: Postgraduate. Gender. Labor market.

Recebido em: 24/09/2022

Aceito em: 28/10/2022

1. HISTÓRICO E CONSTITUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

As primeiras atividades desenvolvidas na esfera da pós-graduação no Brasil foram limitadas, isoladas e sustentadas por professores estrangeiros que cumpriam missões acadêmicas ou que vieram para o país como refugiados diante da Segunda Guerra Mundial. O processo de ensino-aprendizagem conduziu-se pela relação tutorial entre o professor catedrático e um reduzido número de alunos que poderia atuar, do modo eventual, como auxiliar nas atividades pertinentes ao ensino e à pesquisa. Tais ações foram fundamentadas desde 1931, pelo Estatuto das Universidades Brasileiras - prevalecente até a promulgação da Lei 5.540, de 1968 - em que o sistema de cátedra e a pesquisa eram destinados, especificamente, ao professor que atuava em regime de dedicação exclusiva.

A regulamentação dos cursos de pós-graduação no país oficializou-se na segunda metade do século XX, concomitante às origens do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, em 1951. O ordenamento jurídico e as finalidades que envolvem a estrutura dos Programas de Pós-graduação - PPG *lato e stricto sensu* foram determinados pelo Parecer nº 977/1965, criado por Newton Sucupira e aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Efetuou-se, assim, a sistematização de programas para oferta de cursos com o objetivo de aperfeiçoar e potencializar as habilidades científicas já desencadeadas durante a graduação. Quanto à aos cursos de PPG *stricto sensu*, destaca-se que:

O objetivo principal desses cursos é qualificar o profissional em mestrado ou doutorado, preparando-o para a área acadêmica, como docente ou como profissional para atuação em projetos, pesquisas, desenvolvimento científico e outros. Ao final de um desses cursos, a instituição de ensino deverá, conforme a Lei 9.394, expedir para o candidato um diploma de conclusão de curso. Para o mestrado, o curso tem duração aproximada de três anos, devendo o aluno defender a sua dissertação ao final do curso. O doutorado tem a duração aproximada de cinco anos e preparar o candidato para o campo de pesquisa num determinado assunto. Ao final, o aluno deverá defender uma tese, submetendo-a a uma banca examinadora. Os diplomas de mestres e doutores são reconhecidos pelo MEC. (PAIXÃO, 2019, p. 56).

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

Conforme as exposições de Kuenzer e Moraes (2005), o Parecer nº 977/1965 foi responsável por constituir as bases institucionais da pós-graduação brasileira e por estabelecer as modalidades de formação, diferenciadas em cursos de mestrado e doutorado. As autoras afirmam que o referido documento indicou uma estrutura flexível de organização curricular, já que não houve a determinação da titulação de mestre como condição indispensável à inscrição no curso do doutorado. Contudo, posteriormente, a pós-graduação abandonou a flexibilidade inicial em decorrência do sistema de avaliação e das próprias características das Instituições de Ensino Superior – IES. Hoje, há a determinação de um modelo sequencial (mestrado/doutorado).

De acordo com Cirani, Campanario e Silva (2015), a implantação dos cursos de pós-graduação no país foi conduzida pela “Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior” engendrada pela CAPES. A ação foi voltada para a habilitação docente tendo em vista atender às políticas de expansão da educação superior e para fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica. A partir da década de 1970 são identificados procedimentos voltados para o apoio da constituição de Associações Nacionais conforme a área de conhecimento; a instauração do Programa Institucional de Capacitação de Docentes - PICD¹, como também a homologação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação - PNPG.

O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG vigorou de 1975 a 1979 e vinculou-se ao I Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil. Pautava-se por aspectos normativos quanto à institucionalização do sistema educacional de pós-graduação, afirmando-o como atividade regular no contexto das universidades, com a estabilidade de financiamento; ao aumento dos padrões de desempenho dos índices educacionais; à racionalização de recursos e ao planejamento da expansão de cursos de pós-graduação tendo em vista ofertá-los entre as diversas áreas e regiões do país. Os princípios dessa política são: “capacitação dos docentes das universidades; integração da pós-graduação ao sistema universitário; valorização das ciências básicas e a necessidade de se evitar disparidades regionais”. (HOSTINS, 2006, p. 137)

Nesse contexto, evidencia-se um processo de burocratização das universidades e, conseqüentemente, dos PPG, que foram convertidos em instituições mediadas pela regulação e pelo controle das suas atividades. No caso específico da pós-graduação, a partir de 1976, é requerida a

¹ Foi responsável pela concessão de bolsas de estudos e pela autorização de salário integral para que professores universitários atuassem em programas de pós-graduação nas capitais do país e do exterior.

avaliação conforme os critérios estabelecidos pela CAPES e das suas respectivas comissões de consultores pertencentes à comunidade científica. Já em 1981, a CAPES foi autenticada como órgão responsável pela elaboração do PNPG e é reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, como a Agência Executiva do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

No decorrer de 1980, foi perceptível a introdução de investimentos tendo em vista aprimorar o sistema para monitoramento da avaliação dos PPG, com formulários de coleta de dados. Desse modo, dimensiona-se a classificação dos programas por meio da mensuração dos indicadores, segundo os parâmetros de custos, eficiência e produtividade acadêmica. Hostins (2006) destaca que no período em questão houve maior envolvimento da comunidade acadêmica na condução dos processos avaliativos, uma vez que foram constituídas comissões que abrangiam diferentes áreas do conhecimento e que realizavam de visitas *in loco*. Tais comissões intermediaram fóruns determinantes tanto para atribuir os padrões de qualidade da pesquisa, quanto para legitimar objetos de análise, teorias e metodologias, vinculados ao cenário acadêmico/científico e, especialmente, tecnológico internacional. Foi assim que se estabeleceu o processo de avaliação sistemática dos PPG no Brasil, com características que ainda perduram na atualidade, mediante fundamentos quantitativos e hierarquizantes que induzem a uma padronização do ensino, da pesquisa e da extensão.

Entre 1986-1989, há a identificação de argumentos para o alcance da independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil e de fundamentos pela busca por autonomia nacional, como para elevar os níveis de formação de recursos humanos. Abordava-se, ainda, a necessidade de integração entre as diferentes esferas governamentais, comunidade científica, tecnologia e setor produtivo.

Analisando o percurso das políticas de pós-graduação no Brasil, principalmente nos seus primeiros vinte anos, observa-se que, inicialmente, visou-se a capacitação dos docentes para atuar nas universidades, o desenvolvimento da atividade científica e um aumento progressivo de sua importância estratégica no cenário do ensino superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil. Posteriormente, com a consolidação da pós-graduação, notadamente a partir dos anos de 1980, a avaliação do desempenho do sistema torna-se o centro das preocupações e, por fim, a ênfase recai sobre o desenvolvimento da pesquisa na universidade e o estreitamento das relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo. [...] Tais circunstâncias foram determinantes para a alteração da identidade e a precarização do espaço público nas universidades, além da consolidação do modelo de Estado regulador que, no cenário mundial, determinou a relevância dos processos avaliativos nas políticas educacionais. (HOSTINS, 2006, p. 141).

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

Já em 1990, as políticas educacionais voltadas para a educação superior e para a pós-graduação brasileira obedeceram às tendências socioeconômicas vigentes que preconizavam a associação entre financiamento e índices de produtividade.² A manutenção dos recursos financeiros destinados aos PPG relacionou-se à quantificação da produção acadêmica/científica. Nessa perspectiva, o aporte financeiro condicionou-se ao desempenho institucional, preferencialmente em nível internacional, com a permanência do controle e da avaliação por parte da CAPES. São observados, ainda, a redução do tempo para o processo de certificação; as restrições alusivas à quantidade e duração das bolsas de estudo; a reconfiguração dos cursos de mestrado; a ênfase para os cursos de doutorado e a incorporação de teses e dissertações aos projetos de pesquisa institucionais. De modo específico, o ano de 1996, circunscrito pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, assim como pelas orientações da CAPES, ficou marcado pela orientação de novos parâmetros institucionais atrelados aos indicadores que conduzem à competitividade entre os programas.

O posicionamento assumido pela CAPES baseado nessa “nova configuração” é evidente: para impulsionar a internacionalização é necessário induzir os Programas à competitividade, à inovação e ao empreendedorismo, tal como funciona a lógica do setor corporativo-empresarial. Posição coerente se pensarmos no propósito da importação/exportação do conhecimento e do *ethos* acadêmico capitalista que se almeja para a pós-graduação. (HOSTINS, 2006, p. 151).

Na primeira metade da década de 1990, as políticas econômicas e sociais foram mediadas pelo ideário neoliberal, contexto em que os países latino-americanos experimentaram relativa e estável recuperação macroeconômica. Entretanto, a segunda metade do período em questão permeou-se por uma intensa crise de governabilidade, de cunho socioeconômico e que revelou uma vulnerabilidade diante das incertezas do mercado financeiro internacional e, por conseguinte, das interferências dos organismos transnacionais. Verifica-se, assim, o direcionamento neoliberal para aspectos de ordem social, que restringiu os processos de transformação educativa em seus variados

² Faz-se necessário ressaltar que em 1995, mediante a Portaria nº 47, de 17 de outubro, foi regulamentada a modalidade de mestrado profissional. Tal fato ocorreu mediante extensa discussão entre a comunidade acadêmica e representantes do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da CAPES diante da demanda para formação de egressos com perfil distinto do acadêmico. Nesse contexto, foi determinado que os PPG ofertassem formação de recursos humanos destinada à atender as empresas e por meio da retórica predominante quanto à inovação científico-tecnológica no país.

níveis de ensino. Houve a preponderância das exigências dos setores produtivos tendo em vista adequar sujeitos para o mercado de trabalho, fato que descarta princípios essenciais para o exercício da cidadania, especialmente, voltados para a educação superior.

Na retórica desenvolvimentista sustentada pelo viés econômico e, também, alimentada pelo imaginário coletivo, a universidade e, por conseguinte, os PPG, atrelaram-se ao aspecto da formação profissional voltada para o mercado de trabalho. Em tais condições, a universidade e seus respectivos cursos oferecidos concebiam a experiência formativa com caráter individual, orientada para capacitação operacional e profissional, aptos para atender aos preceitos economicistas e à dinâmica do mercado de trabalho.

Na transição do século XX para o XXI, são evidenciados os fenômenos do reordenamento internacional do capital e da reconfiguração do papel do Estado, que também induziram à reestruturação da educação superior no Brasil e, respectivamente, dos PPG. Desde então, ocorre a intensa intervenção dos organismos supranacionais por meio de uma série de requisitos tendo em vista a ampliação da demanda, a expansão e a interiorização. Consolidou-se, assim, a percepção da educação superior como uma mercadoria vinculada à construção ideológica que exaltou a transnacionalização do mercado, endossada pela Organização Mundial do Comércio - OMC no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços - GATS. Nesse sentido, destacam-se as contundentes intervenções de caráter quantitativo que distorceram o perfil e a concepção de produtividade das universidades. Desde então, a educação superior e os PPG tornaram-se instrumentos comprometidos em promover a redefinição das prestações de serviço.

O GATS transformou-se em pouco tempo num dos temas mais polêmicos da educação superior, envolvendo políticos, universitários e empresários. Os seus defensores veem nele a oportunidade para se ampliar e diversificar a oferta de educação e os modos de transmitir de tal modo que se torna possível combinar ganho econômico com maior acesso à universidade. Esta oportunidade baseia-se nas seguintes condições: forte crescimento do mercado educacional nos últimos anos, um crescimento apenas travado pelas barreiras nacionais; difusão de meios eletrônicos de ensino e aprendizagem; necessidades de mão de obra qualificada que não estão a ser satisfeitas; aumento da mobilidade de estudantes, docentes e programas; incapacidade financeira de os governos satisfazerem a crescente procura de educação superior. É este potencial de mercado que o GATS visa realizar mediante a eliminação das barreiras ao comércio nesta área. (SANTOS, 2008, p. 33-34).

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

Vivencia-se, no século XXI, uma complexidade de ações que orientam as políticas destinadas à educação superior e aos PPG no país, perceptíveis mediante os processos de mercantilização e privatização, condições vinculadas, por sua vez, à reestruturação do Estado e suas consequentes reconfigurações das políticas de regulação e de gestão. As análises de Dourado, Oliveira e Catani (2003) revelam que a expansão da educação superior foi conduzida pelo Ministério da Educação e da Cultura - MEC com seus métodos alinhados às ideias de flexibilidade e competitividade. Há, portanto, intensificação da padronização dos procedimentos de avaliação, como também do credenciamento e credenciamento de instituições e cursos. Tais aspectos geraram diferenciações quanto à função social da educação superior, especialmente no que tange à dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ademais, foram diferenças que induziram à competitividade na esfera universitária, por meio dos critérios de *ranqueamento* em detrimento à efetivação de quesitos que envolvem a qualidade social das universidades.

1.1. Estrutura do Sistema de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil

Em linhas gerais, as ações desempenhadas pela CAPES estruturam-se mediante um conjunto estratégico de fundamentos normativos pautado pela avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos em âmbito nacional e internacional e incremento da cooperação científica internacional. De acordo com Morosini (2009), o sistema de avaliação do PPG é a atividade que adquire maior ênfase, uma vez que tende a impactar as Instituições de Ensino Superior - IES e, conseqüentemente, altera a distribuição de subsídios financeiros para funcionamento dos programas.

A avaliação gerenciada pela CAPES é realizada em quadriênios e é responsável pela atuação e manutenção dos PPG, e pela quantificação dos resultados que induzem a um *ranqueamento* determinante para a distribuição de bolsas de estudo, assim como para estabelecer os repasses dos recursos financeiros. Os quesitos avaliativos contemplam um amplo e criterioso universo de coleta de dados que, de modo geral, circundam a proposta do programa, a constituição do seu corpo docente e discente, a sua produção intelectual e a sua inserção social. Considera-se, também, uma série de aspectos quanto à coerência; consistência; abrangência e atualização das áreas de concentração e suas respectivas linhas de pesquisa, além dos projetos de pesquisa em andamento.

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

Já os conteúdos do V PNPG (2005-2010) estabelecidos pela CAPES após ampla consulta a interlocutores qualificados da comunidade científica e acadêmica, enfatizam a necessidade estratégica de investimento estatal para implantação dos mestrados profissionalizantes. Nesses termos, o V PNPG buscou priorizar a diversidade de demandas da sociedade, fundamentando-se pelo fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; pela formação de docentes para todos os níveis de ensino e pela a composição de quadros para atuação em mercados não acadêmicos.

Mediante detalhado diagnóstico e análise evolutiva da situação da pós-graduação no Brasil, o documento do V PNPG indica a expansão do sistema em quatro vertentes: a capacitação docente para o Ensino Superior, a qualificação dos professores da Educação Básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado e a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas. (HOSTINS, 2006, p. 149).

Conforme conjuntura exposta, desde 2016, mediante as orientações do Ofício nº 10/2016-DAV/CAPES³, foi determinada ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, outra linha de avaliação que abrange os(as) egressos(as) de mestrado e doutorado dos PPG do país. Nessa perspectiva, busca-se mensurar o “êxito” dos programas mediante a inserção dos(as) respectivos(as) egressos(as) no mercado de trabalho; os níveis de empregabilidade, salários além de outras variáveis capazes de reconhecer o perfil e a atuação profissional dos(as) mesmos(as). É possível, portanto, direcionar estratégias quanto à adequação e/ou revisão do currículo dos cursos de PPG e dimensionar os reflexos, positivos ou não, das experiências educacionais no mercado de trabalho.

2. PÓS-GRADUAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO NO BRASIL

No Brasil, as mulheres não obtiveram acesso à educação formal quando começaram a estabelecer os primeiros educandários. Somente a partir da primeira metade do século XIX é que se registra o acesso das mulheres à “educação secundária”, mediante escolas destinadas exclusivamente a elas - cursos normais direcionados ao magistério - e fundamentadas pelo forte caráter patriarcal, com didáticas e conteúdos morais orientados para a fixação de papéis sociais determinados como femininos. São as heranças culturalmente construídas e preservadas do patriarcalismo rural e da rígida estrutura hierárquica consolidada desde o período colonial. O papel social da mulher restringia-se à

³ Documento SEI nº 0063811 - Processo 23038.009562/2016-62.

dimensão da vida privada e encontrava-se delimitado ao matrimônio, às atividades domésticas e aos cuidados dos filhos.

Os estudos secundários eram privados, com mensalidades de alto valor e essencialmente destinados ao público masculino. A dificuldade do acesso por parte das mulheres aos cursos secundários inviabilizou a inserção das mesmas à educação superior. Somente em 1887 foi atribuída a conclusão de um curso de graduação por uma mulher, ou seja, Rita Lobato Velho Lopes recebeu o título de médica. Predominavam instituições direcionadas para a formação específica de homens, com o caráter elitista do nível de ensino, uma vez que somente alguns restritos estratos eram capazes de arcar com as despesas das mensalidades.

No caso brasileiro, o *déficit* educacional das mulheres foi condição sucessiva até meados do século passado. No que tange à correlação entre os aspectos que envolvem inclusão feminina e educação, recorre-se ao conceito de hiato de gênero - *gender gap* - para observar as diferenças entre os níveis de escolaridade entre homens e mulheres e identificar, quantitativamente, as desigualdades quanto ao acesso à educação formal associado ao sexo/gênero. No caso do Brasil, Beltrão e Alves (2009) demonstram que no decorrer do século XX, o hiato de gênero na educação decorreu em virtude das desigualdades verificáveis diante dos índices de alfabetização e escolaridade entre homens e mulheres. Destaca-se que a situação começou a ser alterada a partir de 1990, em que a expansão geral das vagas destinadas à educação superior favoreceu, especialmente, o gênero feminino.

Estatísticas apontam que nas últimas três décadas ocorreu uma redução da desigualdade de gênero na educação brasileira quanto ao acesso e permanência em sistemas educacionais, perceptíveis mediante os índices de matrículas e conclusão em quase todos os níveis de ensino. Tal fato desencadeou uma reversão histórica da desigualdade de gênero quanto ao ingresso à educação superior, não apenas no Brasil. O nível de escolaridade entre mulheres ampliou-se em vários países, ou seja, ocorreu a amplificação da média de anos de estudo das mulheres em relação à média dos homens. Justamente após a implementação das denominadas políticas universalistas de inclusão no país, observa-se um gradativo processo de aumento do nível de escolaridade das mulheres.

De acordo com o Relatório Socioeconômico da Mulher - RASEAM de 2017/2018, o Brasil apresentou um contexto significativamente equânime entre mulheres e homens quanto aos índices educacionais em seus diferentes níveis. O país cumpriu a meta dos Objetivos do Milênio referente à equidade entre os sexos quanto ao acesso à educação. No entanto, o documento em questão aponta

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

que apesar das mulheres adquirirem um acesso quase equânime à educação em relação aos homens, a situação educacional brasileira é precária. Persistem sérias desigualdades e distorções quanto ao acesso à educação conforme a faixa etária, a região do país e, especialmente, em relação à cor/raça. Nessa perspectiva, ainda é impossível afirmar que há em curso um processo de equidade social quanto à relação entre indicadores educacionais, de gênero e de cor/raça no Brasil.

Segundo Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho recai tanto sobre mulheres quanto homens, em consonância à posição de classe e ao racismo estrutural. Não é possível, portanto, presumir e generalizar que os privilégios se concentram entre os homens ou que as desvantagens e a potencialização das condições de exploração recaem sobre as mulheres. A autora destaca que aspectos de gênero não se apresentam isolados das esferas que envolvem questões de raça e de classe social, tampouco não são acessórios que ornem tais variáveis. Contudo, a autora expõe o fato de que nos padrões atuais, a vinculação entre capitalismo e patriarcado posiciona mulheres como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado de modo gratuito, por meio de ocupações específicas com baixa remuneração em relação aos homens que executam as mesmas atividades. Diante de tais exposições, interpreta-se a divisão sexual do trabalho como problema de caráter teórico e empírico situado:

A divisão do trabalho é base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que modulam as trajetórias das mulheres. As hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres. A divisão sexual do trabalho não se detém nos limites das vantagens de classe e raça, impacta também as mulheres privilegiadas, porém com consequências distintas daquelas que se impõem à maioria das mulheres. (BIROLI, 2018, p. 23).

Outro aspecto a ser considerado, conforme mencionam Mendes et al. (2020), é que a maior longevidade detectada nos percursos educacionais por parte das mulheres, desvelou também a segregação de gênero diante das escolhas educacionais. Ao considerar aos padrões hegemônicos patriarcais presentes na história das sociedades e ao comparar os índices entre as presenças feminina e masculina quanto ao acesso à educação superior e aos cursos de pós-graduação, nota-se uma segregação diante uma diferença significativa - e culturalmente naturalizada - de escolhas educacionais direcionadas a determinadas áreas de conhecimento. Nesse sentido, há uma predisposição à sobrerrepresentação feminina em áreas como Humanidades, Ciências Sociais e

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

Serviços e à sub-representação em áreas como, por exemplo, Engenharia, Matemática e Ciência da Computação.

Nessa dinâmica é que consolidam relações sociais e comportamentos que designam a feminização de determinadas categorias, especialmente, quando envolvem áreas de formação, atuação profissional e mercado de trabalho. A concepção de feminização associa-se a uma série de representações sociais e tem caráter ambivalente. Conforme sugerem Kergoat, Picot e Lada (2009) é uma noção que pode ser compreendida como uma “subversão”, quando em um desregramento do sistema social, mulheres participam mesmo que minoritariamente de concentrações típicas do universo masculino, que são assimiladas a setores de poder. Ou, então, é analisada como condição de sucesso das mulheres diante da luta pelo acesso à igualdade - em direitos e em número -, quando ocorre uma entrada expressiva das mulheres num certo grupo profissional. Ademais, o processo de feminização pode ser interpretado quanto à desvalorização de determinada atividade profissional e à perda de prestígio social.

As descrições de Mathieu (2009) criticam como as sociedades humanas tendem a preservar e sobrevalorizar a diferenciação biológica, com a capacidade de atribuir funções e atividades laborais diferentes a cada sexo, que são divididas, separadas e hierarquizadas. Conforme sugere a autora, são funções e papéis que obedecem uma espécie de “gramática” capaz de definir um gênero (um tipo) feminino que deve ser culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e respectivamente, um gênero ‘masculino’ ao macho, para que se torne um homem social.” (MATHIEU, 2009, p. 223)

As abordagens apresentadas remetem aos conceitos pertinentes aos *estereótipos de gênero* e ao *essencialismo de gênero* que englobam um “conjunto de habilidades, preferências e crenças que são transmitidas intergeracionalmente e sustentam a permanência de escolhas diferentes entre homens e mulheres” (MENDES et al., 2020, p. 05). Quando os referidos conceitos aglutinam-se, há construção de um modelo de segregação de gênero que delimita as escolhas individuais dos(as) estudantes.

O *essencialismo de gênero* concerne ao direcionamento da escolha educacional por meio das dimensões culturais e morais que, por conseguinte, definem comportamentos considerados como “adequados” para homens e mulheres. São comportamentos coadunáveis às expectativas societais e aos padrões estabelecidos para cada gênero, constituídos no decorrer das vivências socioculturais.

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.
CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ
v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

Desse modo, a apreensão acerca dos estereótipos de comportamentos categorizados como masculinos ou femininos decorre de processos normativos e de socialização que induzem a escolhas típicas, conforme o gênero comum em suas profissões. São ações que difundem a segregação de gênero conforme os paradigmas dominantes, hegemônicos do patriarcado.

De acordo com Araújo (2005), a discussão da diferença entre os sexos e de segregação de gênero delineou-se mediante duas concepções construídas socialmente: a essencialista e a culturalista. A concepção essencialista sustenta abordagens acerca da "diferença sexual" e legitimação da ideia de "essência feminina". Há um juízo de caráter universalista que circunscreve as condições de feminilidade conforme padrões estruturados no decorrer da história e reforçados ideologicamente, mediante o estabelecimento de papéis sociais a cumprir por cada estrato. Nesse caso, tende-se a justificar a discriminação das mulheres em decorrência da sua própria essência feminina.

Já a concepção culturalista baliza-se pelos argumentos de que as diferenças sexuais são efeitos da socialização e da cultura em que a superação da ordem e das leis patriarcais minariam as diferenças sexuais. Haveria, portanto, a busca pelo desvio dos estereótipos de gênero mediante reestruturação de elementos subjetivos que subtraem as divisões fixas pelas representações histórico-sociais de outrora. Trata-se de uma ideia fundada pela emergência da pluralidade, decorrente das transformações sociais e que expõe a necessidade de diferentes “modos de ser” da masculinidade e da feminilidade, que ainda são delineadas pelos padrões hegemônicos de gênero.

É como se homens e mulheres tendessem a buscar a área de atuação que reafirme a sua “vocação”, por determina o do que se estabelece como o esperado de cada um dos sexos.   um processo desencadeado durante a infância, sob a influência da família e da própria escola, quando meninas e meninos são orientados para objetos de interesse distintos, reforçando o processo de prepara o para os papéis que deverão assumir na sua vida adulta. Esses fatos estão diretamente relacionados a trajetórias que, entre outras manifesta es, acabam por traduzir-se em op es de carreira distintas, acesso diferenciado ao mercado de trabalho e oportunidades diversas de ascensão profissional, com base nas diferenças de sexo - o que também se reflete no interior das IES, entre os profissionais do ensino.

Há uma complexidade de variáveis e categorias em contextos nacionais capaz de explicar a segreg o de mulheres e homens quanto às áreas de conhecimento e mercado de trabalho. Segundo Ricoldi e Artes (2016), trata-se de um fen meno histórico, recorrente e abrangente que pode ser

CORRELA ES ENTRE P S-GRADUA O, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

analisado considerando a interface com aspectos que abrangem classe, cor/raça, pertencimento social e identidade. São questões que dependem, também, das estruturas das políticas educacionais dos países e da extensão da escolaridade associada aos índices populacionais. Observa-se que a organização social do gênero se atrela à segregação profissional e ao conceito de divisão sexual do trabalho. Compreende-se, assim, que em qualquer sociedade há uma condição prévia, estabelecida moralmente, e armazenada na memória coletiva capaz de diferenciar e sentenciar o tipo de trabalho a ser executado por homens e mulheres.

Essa diferenciação se reflete na estrutura ocupacional, segregando fortemente as profissões por sexo, o que pode ser entendido, por extensão, às etapas de educação que possuem caráter profissional, como o ensino superior. Ainda que existam variações de proporção, dois princípios gerais resumem o conceito. [...] Disso resulta que há profissões predominantemente *femininas* e outras predominantemente *masculinas*, sendo as primeiras invariavelmente menos valorizadas (socialmente, monetariamente) que as segundas. A noção de Divisão Sexual do Trabalho orienta a compreensão sobre a concentração de mulheres em profissões ligadas ao cuidado, relações humanas e, de alguma forma, com o universo das emoções (reprodução) e de homens em áreas das exatas, ligadas ao raciocínio lógico, à produção econômica, extremamente competitivas (produção). (RIOCOLDI; ARTES, 2016, p. 153).

Nessa perspectiva, são assimilados e sintetizados os dois princípios que norteiam o conceito de divisão sexual do trabalho que também se expandem para as escolhas educacionais conforme o gênero: o da separação (há trabalhos destinados especificamente para homens e mulheres) e o da hierarquização (os trabalhos executados por homens possuem maior valor e prestígio do que os das mulheres).

3. O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO CURSO DE MESTRADO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA UNIMONTES

Conforme mencionado anteriormente, as políticas de acompanhamento dos egressos que cursaram Mestrado e Doutorado em programas de pós-graduação no Brasil é um dos subsídios de avaliação institucional proposto pela CAPES. Trata-se de uma estratégia que possibilita compreender o seguimento da formação diante da trajetória profissional dos(as) egressos(as); revelar dados

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

alusivos aos processos de formação acadêmica, técnico-científica e profissional e, também, apontar possíveis adequações dos currículos.

A discussão aqui proposta envolve correlações entre gênero, inserção e ocupação profissional dos(as) egressos(as) do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, que obtiveram o título no período de 2006 a 2019. Foram analisados os resultados da pesquisa “Profissionais e mercado de trabalho: acompanhamento de Egressos do Curso de Mestrado e Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Unimontes”, realizada até agosto de 2020.

A metodologia foi construída mediante teor quantitativo e envolveu coleta de dados empíricos por intermédio de questionário semiaberto. Os blocos analíticos do questionário exploraram aspectos referentes ao perfil socioeconômico do(a) egresso(a) do referido Programa; ao percurso acadêmico; às atividades profissionais realizadas antes de se matricular no curso de mestrado; às atividades profissionais exercidas no momento em que respondeu ao questionário e às atividades de pesquisa, além da avaliação do PPGDS. Os dados foram tabulados, com separação e correlação quanto ao gênero e à inserção no mercado de trabalho.

Até 2019, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade estadual de Montes Claros formou o total de 238 mestres(as) e 06 doutores (as). Em 2020, por meio da lista de contatos dos(as) egresso(as) oferecida pela secretaria do referido Programa, foi encaminhada mensagem para responder ao questionário, via correio eletrônico, acerca da pesquisa - “Profissionais e mercado de trabalho: acompanhamento de Egressos do Curso de Mestrado e Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Unimontes”. Nessa perspectiva, 145 egressos(as) responderam ao questionário disponibilizado mediante link de acesso a uma plataforma online, criada especialmente para tal fim.

Tabela 1 Número de egressos(as) conforme cor da pele e o gênero

Cor da pele	Gênero Feminino	Gênero Masculino
Parda	52	23
Branca	29	21
Preta	12	05
Amarela	01	-
Não declarada	01	01

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.
CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ
v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

Fonte: Projeto de Pesquisa - Profissionais e mercado de trabalho: acompanhamento de Egressos do Curso de Mestrado e Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Unimontes

Os dados do perfil socioeconômico dos(as) egressos(as) do PPGDS revelam que 63% do universo analisado são do gênero feminino e, por meio da Tabela 1, identificou-se que 52% dos(as) egressos(as) afirmaram que a cor da pele é parda; 34% branca; 11% preta; 1% amarela e 2% não declararam. Verificou-se, ainda, que 55% do contingente do gênero feminino expôs a autodeclaração como pardas, enquanto 30% se afirmaram como brancas e 10% como pretas. Na conjugação das variáveis cor da pele e gênero masculino, obtém-se um total de 46% que se identificam como pardos; 42% brancos e 10% pretos. Pontuou-se, portanto, que o número daqueles(as) que aponta a cor da pele no referido curso de pós-graduação ainda é significativamente baixo quando comparado ao de autodeclarados(as) como pardos(as) e brancos(as).

Tabela 2 Número de egressos(as) segundo a situação no mercado de trabalho, gênero e cor de pele

Situação no mercado de trabalho	Gênero Masculino				Gênero Feminino				
	Cor da pele				Cor da pele				
	Parda	Branca	Preta	ND*	Parda	Branca	Preta	Amarela	ND*
Plena atividade	21	19	4	1	40	19	11		1
Plena atividade, mas em afastamento (parcial ou total)	1				4	3			
Sem ocupação	1		1		4	3			
Aposentado(a)		1			1				
Não trabalha, mas enquadra-se em outra situação		1			2	3	3	1	

*Não declarou a cor da pele.

Fonte: Projeto de Pesquisa - Profissionais e mercado de trabalho: acompanhamento de Egressos do Curso de Mestrado e Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Unimontes

A tabela 2 revelou números significativos quanto à situação dos(as) egresso(as) no mercado de trabalho. Apontou-se que 80% dos(as) egresso(as), encontravam-se em plena atividade no mercado de trabalho naquele momento em que responderam ao questionário. Ressalta-se que 90% daqueles declarados como do gênero masculino estão em plena atividade, enquanto 74% que se declararam do gênero feminino encontram-se na mesma condição. No universo que abrange o gênero feminino, 9%

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

enquadram-se em outra situação no mercado de trabalho; 7% revelaram que se encontram sem ocupação e, também, 7% responderam que exercem plena atividade, porém em período de afastamento de modo parcial ou total.

Tabela 3 - Número de docentes de acordo com o gênero

Gênero	Número de docentes	Docentes do ensino Superior
Masculino	28	25
Feminino	42	34

Fonte: Projeto de Profissionais e mercado de trabalho: acompanhamento de Egressos do Curso de Mestrado e Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Unimontes

É possível visualizar na Tabela 3 que o 48% do total de egresso(as) que participou da pesquisa, exercia a docência quando responderam ao questionário. Verifica-se, também, que no universo que abrange os(as) referido(as) docentes, a maioria concentra-se em atividades voltadas para o Ensino Superior. Salienta-se que para 29% do total da variável alusiva ao gênero feminino, a principal atividade profissional é a docência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso para ampliar ofertas de vagas e número de cursos de pós-graduação no Brasil, é sustentado pelo ideário do “desenvolvimento” que é mantido no país desde 1930 e perdura até os dias atuais diante dos fundamentos econômicos neoliberais. Nessa conjuntura, a construção de sistemas avaliativos e dos seus respectivos critérios rigorosos é um mecanismo estratégico para conduzir padrões e estabelecer competições entre IES e PPG.

Evidenciou-se que resultados diferenciados de caráter censitário, seja na educação superior ou em cursos de pós-graduação *stricto sensu* entre homens e mulheres, não conduz à ideia de que existe igualdade e equidade de gênero. Daí a necessidade de análises com perspectivas longitudinal e interseccional tendo em vista interpretar os percursos educacionais, a variação de comportamentos; o contexto sociocultural das instituições educacionais, as condições de inserção no mercado de trabalho e a rentabilização dos diplomas na vida profissional. Ademais, mesmo que historicamente os registros demonstrem que mulheres apresentem melhores índices censitários quanto a matrículas e conclusões

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.
CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ
v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

de cursos em diferentes modalidades e níveis de ensino, ainda perpetuam áreas restritas alusivas às profissões correspondentes às formas “socializadas de função tradicionalmente atribuídas à mulher.

Mesmo que dados estatísticos revelem um maior número de mulheres em relação aos homens que concluíram cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil e no PGGDS/Unimontes, ainda há diferenças significativas que abrangem a variável alusiva à cor da pele. São desigualdades históricas e derivadas da estrutura conservadora alimentada pela sociedade patriarcal. Verificou-se, ainda, que parte expressiva dos(as) egresso(as) do PPGDS atua na docência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. de F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, Rio de Janeiro, 2005, p. 41 - 52.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009, p. 125-156.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CIRANI, C. B. S.; CAMPANARIO, M. A.; SILVA, A. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, v. 20, n. 1, mar. 2015, Campinas; Sorocaba, p. 163-187.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

CURY, C. R. J. Graduação/Pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. **Educação e Sociedade**. vol. 25, n. 88, Campinas, out. 2004, p. 777-793.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M. Transformações recentes e debates atuais no campo da Educação Superior no Brasil. In: DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M. **Políticas e gestão da Educação Superior**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 17-30.

HOSTINS, R. C. L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. In: *Perspectiva*, v. 24, n. 1, Florianópolis, Jan/Jun 2006, p. 133-160.

KERGOAT, P.; PICOT, G.; LADA, E. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, H. *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 159-168.

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em Educação. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 93, dez. 2005, p. 1341-1362.

MATHIEU, N. C. Sexo e Gênero. In: HIRATA, H. *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 222-231.

MENDES, T. H. *et al.* **Azul ou rosa? A segregação de gênero das escolhas educacionais no ensino superior brasileiro, 2002-2016**. Ago. 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3682320> Acesso em: 23 out. 2021.

MOROSINI, M. C. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Educación Superior – RAES**, Buenos Aires, Ano 1, n. 1, nov. 2009, p.125-152.

PAIXÃO, G. F. **Educação superior no Brasil: duas décadas de avanços e retrocesso**. São Paulo: Opção livros, 2019.

RICOLDI, A.; ARTES, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex aequo**, Lisboa, n. 33, 2016 p. 149-161. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602016000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2021.

RISTOFF, D. I. *et al.* **A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e da universidade IN: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008, p. 13-106.

AUTORAS

Luciana Santos Lenoir

Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Graduada em Ciências Sociais e licenciada em Sociologia e História. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Básica e Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, democracia, gênero e desenvolvimento.

E-mail: lucianalenoir74@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5105-5923>.

Maria da Luz Alves Ferreira

Doutora em Ciências Humanas (Sociologia e Política) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília - UNB. É professora do Departamento de Política e Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS

CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; AMORIM, M. M. T.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp.33-51

da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. É integrante da Rede Brasileira de Pesquisadores Latino-Americanistas e Caribbeanistas – BLAC, do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - CLACSO e do Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico-raciais.

E-mail: mariadaluz@oi.com.br.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5240-163X>.

Mônica Maria Teixeira Amorim

Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. É integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)/Unimontes e do Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência-Unimontes. É também membro do Núcleo pela Diversidade Sexual e de Gênero - InSerto/ Unimontes e do Projeto Cursinho Popular Darcy Ribeiro - Rede Emancipa.

E-mail: monicamorimsa@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5240-163X>.